

**Na fronteira amazônica: Abel Figueiredo e as memórias de uma
“ditadura na floresta”.**

**On the Amazon frontier: Abel Figueiredo and memories of a
"dictatorship in the forest".**

**Thiago Broni de Mesquita¹
Edilza Joana Oliveira Fontes²**

Resumo

1964, ano da “revolução” militar no Brasil e a Amazônia, que já passava por um processo de integração nacional desde Juscelino Kubitschek por meio da construção de rodovias e de migrações espontâneas, se torna agora uma nova fronteira agropecuária para o país. Em meio a discursos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, um “Brasil” se encontra no interior da floresta caçando terras e construindo um Pará de “não paraenses” no sudeste do Estado. A lógica da ocupação muda, dos rios para as estradas, fazendo nascer nas beiras destas novas cidades, entre elas Abel Figueiredo. Uma cultura histórica de ocupação dessa nova fronteira é criada, memórias, percepções e visões de uma ditadura e da floresta também. Essas e outras questões serão abordadas no presente artigo, que pretende analisar discursos sobre a nova fronteira na Amazônia, memórias da fronteira deixada e essas novas cidades amazônicas, que homenageiam o pioneirismo da chegada em tempos de ditadura militar no Brasil.

Palavras chave: Fronteira Amazônica, Memórias, Ditadura Militar

Abstract

1964, the year of the "revolution" in military Brazil and the Amazon, which already was in the process of national integration Juscelino Kubitschek provided through the construction of roads and spontaneous migrations, now becomes a new agricultural frontier to the country. Amid discourses of development and underdevelopment, one "Brazil" is inside the forest hunting land and building a Pará "no paraenses" in the southeast of the state. The logic of occupation changes, rivers to roads, giving birth to the borders of these new cities, including Abel Figueiredo. A historical culture of occupation of this new frontier, memories, perceptions and visions about a dictatorship and the forest is also created. These and other questions will be addressed in this article,

¹ Mestre em Ciência Política pela UFPA (2012), Doutorando em História Social pela UFRJ (2014), atualmente desenvolve pesquisas na área de sociedade e política com projeto denominado “Uma estrada de memórias: ocupação do território, emancipações, identidades e separatismos no sudeste do Pará (1960-1991)”. Email: thiagobroni@yahoo.com.br

² Doutora em História Social pela UNICAMP e Professora Associada III Faculdade de História da UFPA e Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Ciência Política (UFPA), desenvolve pesquisas nas áreas de história e memória, história do tempo presente e história política. Email: edilzafontes@yahoo.com.br

which analyzes attitudes about the new frontier in the Amazon, memories of the border and allowed these new Amazonian cities, honoring the pioneering arrival in times of military dictatorship in Brazil .

Keywords: Amazon Frontier, Memories, Military Dictatorship.

Artigo recebido em: 31/01/2014

Artigo aprovado para publicação em: 24/03/2014

Não é a primeira vez que tenho o privilégio de visitar esta distante região do Brasil, na qual as riquezas em potencial parecem ainda competir com o mistério que as envolve desde o início da colonização. O que vale dizer que há muito acompanho, com interesse patriótico o imperioso povoamento e desenvolvimento da imensa área amazônica, que não é demais repetir, representa 59% de todo território nacional.

(...)

Cumpra, porém, que a ela se associem com entusiasmo e confiança quantos estejam por qualquer modo vinculados à região, que devem e precisam ajudar a vencer a chaga terrível da miséria do subdesenvolvimento (BRASIL - SUDAM, 1968, p. 15-17).

A citação acima diz respeito a trechos do discurso proferido pelo ex-presidente da República Humberto Castelo Branco em 1º de setembro de 1966, no então Território Federal do Amapá, quando do lançamento da “Operação Amazônia”, a qual foi seguida pela realização da “I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia” (I RIDA), que reuniu todas as esferas de governos, empresários de diversas regiões do país e investidores internacionais a bordo do navio Rosa da Fonseca, que percorreu o rio Amazonas entre Manaus e Belém entre os dias 03 a 11 de dezembro de 1966.

Em meio a tantos discursos proferidos e registros fotográficos da “Operação Amazônia”, é ponto comum o enquadramento dessa região como subdesenvolvida, fazendo jus aos conceitos de teoria econômica e regiões subdesenvolvidas preconizadas por Gunnar Myrdal (1968), especialmente no que tangia as comparações entre países desenvolvidos e a América Latina subdesenvolvida.

De outro lado temos o ideário de integração nacional dos governos militares, que viam a Amazônia como uma grande ameaça a segurança nacional em função da imensidão de florestas despovoadas. Nesse sentido a “Operação Amazônia”, representava explicitamente o interesse dos governos militares em derrubar a floresta e garantir a ocupação e integração do território para evitar a penetração de movimentos guerrilheiros em regiões na fronteira internacional.

Nesse sentido o Governo Federal em conjunto com empresários e o grande capital internacional investiram vultosos incentivos econômicos na região, que passou a ser vista como uma nova fronteira ao desenvolvimento da agropecuária no país, juntamente com o Centro-Oeste, de modo que quanto maiores fossem as áreas de floresta derrubadas, tanto maiores eram os incentivos sem levar em consideração fatores socioambientais e desenvolvimento sustentável na região.

A Amazônia tornava-se uma fronteira aberta aos empreendimentos agropecuários e os custos da ocupação e destruição do meio ambiente eram creditados às causas de integração e segurança nacional, vale ressaltar que tais medidas foram avalizadas pelos poderes públicos estaduais e municipais.

No caso da região sudeste do Estado do Pará, os fluxos migratórios aumentaram consideravelmente durante as décadas de 1960 e 1970 de modo que a própria conjuntura da ocupação do território no Estado do Pará foi alterada dos rios para as estradas, nasciam no meio da imensidão das florestas núcleos habitacionais e vilarejos de “não paraenses”, um “Brasil” singrava a mata, abria estradas, caçava terras e vivia-se sob outro ponto de vista a experiência de governos militares e vivências de políticas na “ditadura na floresta”.

Com base nesses pressupostos, o presente artigo pretende abordar memórias de migrantes que tem uma leitura sobre o passado, constituindo uma cultura histórica sobre a chegada e sobre os motivos da saída de seus Estados. De certa forma procuramos analisar vivências de uma “ditadura na floresta”. Estes migrantes tinham perfis diversos e vieram para Amazônia em um contexto de expansão da fronteira agropecuária e de uma lógica de integração e segurança nacional defendida pelos governos militares.

Pretendemos estabelecer esse diálogo a partir das memórias de diversos migrantes que partiram para o então vilarejo de Abel Figueiredo no sudeste do Pará, entre as décadas de 1960 e 1970, buscando em seus relatos as visões de Amazônia e de uma ditadura que se processava de formas diversas no cotidiano e no imaginário de “convencidos e arrependidos”, que para ela vieram³. Neste artigo abordaremos parte das memórias que relatam o esgotamento da fronteira agrícola em alguns Estados brasileiros e o imaginário construído sobre a Amazônia durante os governos militares.

³ Este artigo é produto do projeto de pesquisa “Histórias e memórias de Abel Figueiredo 1950-2012”, desenvolvido entre os anos de 2011 e 2012 no município de Abel Figueiredo e contou com 28 entrevistas registradas em áudio e vídeo, criação de um banco de dados de fontes documentais e iconográficas e com a publicação do livro: “Na Estrada da Memória: A História de Abel Figueiredo (1960-2012)” no ano de 2012 em homenagem aos 21 anos do município.

Discursos sobre Amazônia, subdesenvolvimento, integração e segurança nacional.

As décadas de 1950 e 1960 marcam um período de grande transformação nas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e especialmente ambientais na Amazônia, baseado no discurso desenvolvimentista, que caracterizava o Brasil como um país localizado no leque de países subdesenvolvidos, processos de exploração foram institucionalizados de modo a atrair o grande capital, sem muitas preocupações com os problemas socioambientais que daí poderia resultar.

Nesse sentido teorias econômicas como as preconizadas por Gunnar Myrdal (1968) foram amplamente aceitas e desencadearam no seio da classe política e empresarial a corrida pelo desenvolvimento, entendido como dinâmico, haja vista o fato de que o subdesenvolvimento era nada mais que uma etapa para o desenvolvimento.

É interessante notar que passamos a denominar essa maioria de países pobres de “subdesenvolvidos”. Esse termo dinâmico, que só veio a prevalecer depois da II Guerra Mundial, reflete-se a grande mudança ocorrida na situação política a que já me referi. A expressão que se usava até há bem pouco tempo era o termo estático: “países atrasados” (MYRDAL, 1968, p.25).

Para tanto a exploração dos recursos naturais deveria ser pautada sob o ponto de vista do Estado Nacional, de modo que populações tradicionais e o próprio povo estavam fora do processo de desenvolvimento, cabendo ao Estado decidir sobre os rumos que deveriam ser tomados de modo a alcançar tais projetos de desenvolvimento.

Assim a Amazônia sentiu os impactos desse processo, que começam com mais vigor a partir da “Operação Amazônia” e da I RIDA, realizada entre 03 e 11 de dezembro de 1966. Tal operação representou um momento de encontro entre o “Homem de empresa brasileiro” e os amazônidas em uma movimentação de integração para o desenvolvimento da Amazônia, por meio de mecanismos legais federais, estaduais e municipais, o que ficou conhecido como Programa de Aceleração do Desenvolvimento⁴.

Tais processos desencadearam impactos ambientais haja vista as grandes mudanças na estrutura produtiva, econômica e social as quais não possuíam um plano definido quanto à participação da população amazônica.

⁴ PARÁ, Governo do Estado do. “1ª missão econômica”. In: PARÁ, Governo do Estado. *Álbum Operação Amazônia*. Belém, 1967.

Em seu pronunciamento no dia 05/12/1966 o então Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia, General Mário Barros Cavalcanti, destaca o papel da Amazônia na transformação do Brasil e a necessidade da entrada do grande capital na região no sentido de tirá-la da situação de estagnação, quando comparada a outras regiões brasileiras. Segundo ele:

Se sob esse novo prisma a Amazônia surge como elemento de união da nacionalidade, por outro bem diferente ela serve para demonstrar os desequilíbrios internos que possuímos e que caracterizam sem sombra de dúvidas a existência de dois Brasis bem distintos, como se fossem nações diferentes.

De um lado, na parte Sul, aquele país desenvolvido, cujos padrões de progresso nos colocam em pé de igualdade com os centros mais avançados do mundo. De outro, todavia, no extremo Norte, o que vemos é a chaga terrível do subdesenvolvimento a atestar nitidamente o desequilíbrio na distribuição da riqueza nacional. (BRASIL-SUDAM, 1966)

Arthur Cezar Ferreira Reis, então governador do Amazonas em seu discurso vai além e afirma ser a Amazônia “o terceiro mundo do Brasil” e conclama investimentos do grande capital. Já o então governador do Pará Alacid da Silva Nunes comparar os esforços centrados no desenvolvimento da Amazônia a conquista do oeste pelos americanos. Segundo ele:

Estamos hoje no Brasil, em relação ao extremo Norte, como estiveram os pioneiros americanos em relação ao seu oeste; os ingleses, ao empreenderem a ocupação efetiva do Canadá e da Austrália, ou nossos próprios bandeirantes quando penetraram este País, sertão adentro em pleno XVIII. (BRASIL-SUDAM, 1966, p. 93)

A quase todos foi dado o direito de falar e seus discursos foram registrados tanto no “Caderno de Discursos da Operação Amazônia”, quanto no Álbum Fotográfico publicados pela SUDAM. A ideia de subdesenvolvimento associada à Amazônia é fato entre todos os setores envolvidos, desde políticos, empresários, autoridades eclesiais e civis e em meio aos tantos discursos, um chama a atenção por atribuir o atraso da região ao extrativismo historicamente desenvolvido nela. Segundo Fernando Gama de Miranda, assessor técnico do BASA:

Devem-se, em grande parte ao extrativismo, a rarefação populacional e o atraso agropecuário amazônicos, pois influencia todos os sistemas de relações econômicas, atrofiando-os das mais variadas formas.

(...)

Precisamos ocupar, rapidamente, a Amazônia para o Brasil, inclusive aproveitando tanto a mão-de-obra ociosa que vegeta no País,

especialmente nas regiões secas do nordeste. (BRASIL-SUDAM, 1968)

Os governos militares vêm reforçar os rumos desse projeto de integração nacional, garantindo força de Estado aos projetos desenvolvimentistas iniciados nas décadas anteriores, os projetos de migração antes espontâneos passam a ser estimulados pelo governo e pelos empresários que veem a Amazônia como um lugar de investimentos.

O anúncio publicado abaixo nos dá uma visão do olhar dos governos militares em relação à região. A Amazônia é representada como possibilidade de negócio, de enriquecimento. Com negócios que seriam feitos não com recursos da floresta. Esta teria que ser devastada, substituída pela indústria, pela criação de gado, pela extração de madeiras e principalmente pelo abandono de toda uma cultura de viver na floresta.

Figura 01: Anúncio do Ministério do Interior/BASA anuncia sucesso de investimentos na Amazônia.



Fonte: Revista Veja de 30/12/1970

No anúncio “O Chega de lendas, vamos faturar” demarca uma proposta de ruptura com o modo de vida estabelecido pelos povos da floresta e impõe uma nova forma de explorar a Amazônia. Se de um lado havia o discurso com a floresta devastada, de combate ao subdesenvolvimento e a ideia de “terceiro mundo” brasileiro associada à região amazônica, por outro os ideais de civismo e patriotismo também estavam presentes e nem poderia ser diferente se levarmos em consideração a conjuntura histórica da ditadura no Brasil.

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 155-185, Jan./Jul. 2014.

<http://revista.anphlac.org.br>

O chamado para enriquecer junto com o Brasil e participar dos lucros que a Amazônia poderia oferecer está vinculado ao projeto de integração da região ao modelo de desenvolvimento que não pensava a floresta em pé.

Exaltavam-se as ações dos governos militares no sentido de garantir a segurança e a ordem em meio às inseguranças do fantasma do comunismo e as autoridades agradeciam as ações cívicas do exército e aeronáutica na Amazônia, especialmente no que se referiam as ações assistencialistas e cívicas.

Isaac Nahon, então Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, afirmava que a atuação do Exército na Amazônia seguia os ideais de patriotismo e nacionalismo e defesa das fronteiras nacionais, descreve sucintamente a atuação das forças armadas em termos de Colônias Militares na defesa das fronteiras, na construção de rodovias, na educação em escolas rurais de fronteira, obras de assistência e saúde e sistemas de radiotelegráficos na Amazônia e conclui afirmando “Por tudo isso, podeis estar certos, amazônidas! Que o exército, por seus elementos na área trabalha pela vossa segurança e pela grandeza da grade pátria comum do Brasil!” (BRASIL-SUDAM, 1966).

No discurso do Comandante Isaac Nahon fica claro que embora considerada uma região inóspita e desabitada, a Amazônia contava com o controle das forças armadas e um ponto chama a atenção, a atuação do Exército na abertura de estradas, rodovias e na educação.

Neste sentido, a política dos governos militares para Amazônia tinha como objetivo atrair investimentos estrangeiros para estimular o acúmulo de capital no setor industrial do país. A política de desenvolvimento amazônico, que teve um planejamento econômico e de desenvolvimento específicos para a região, esteve em meio a um cenário de repressão política e de centralização do poder nas mãos do governo federal.

A região era considerada um bom local para investimento de capitais e para alocação de mão de obra de outras partes do país. Os militares planejaram povoar a Amazônia, daí a necessidade de incentivar a colonização e a migração, bem como a criação de uma política de incentivos fiscais para quem viesse para ela.

Para Jean Hébette (2004) esse processo de ocupação da Amazônia e de oferta de incentivos fiscais e financeiros é eivado de contradições, haja vista que fortalecia a lógica do grande latifúndio e dos benefícios a grandes empresários, ao passo que essa lógica não era a mesma sentida pelos migrantes que aqui viriam a se tornar pequenos e médios produtores “O que se verifica, na verdade, na Amazônia, é que latifúndios, em

número cada vez maior, se concentram nas mãos dos que têm de sobra terra inexplorada” (HÉBETE, 2004, p. 333-334).

Assim foi que levas de migrantes, “aventureiros”, “convencidos”, “frustrados”, “sonhadores”, “chegantes”⁵ partiram para a Amazônia caçando terras, abrindo caminhos e construindo cidades amazônicas a beira de estradas, mudando o eixo de ocupação do espaço que antes foi feito pelos rios e doravante passa a ser feito por meio das estradas⁶.

Nasciam roças, vilas, distritos, localidades, agrovilas, cidades nos interiores da Amazônia em anos de ditadura militar e sob o pretexto de “Integrar para não integrar” migrantes viveram a experiência de caçar terras e sobreviver em meio à floresta, buscar sentidos, criar laços de solidariedade, memórias coletivas e identidade social em uma situação de partidas, perdas, traumas e esperanças.

Memórias de uma ditadura na floresta.

O que são os perigos da floresta e das pradarias comparados com os choques e conflitos diários do mundo civilizado? Enlace sua vitima no bulevar ou transpasse suas presas em florestas desconhecidas, não continua sendo o homem, aqui e lá, o mais perfeito de todos os predadores? (RAMINELLI, 1997, p. 196)

Os discursos dos governos militares sobre a Amazônia a necessidade de incorporação da região ao desenvolvimento por meio da integração ao restante do país torna as migrações um fato, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980. O sudeste do Pará se transforma em porta de entrada para migrantes de diversos Estados brasileiros em um movimento comparado aos dos bandeirantes, conhecidos como “pioneiros” (SILVA, 2012).

Na fala do baiano Florisvaldo Rodrigues um dos “pioneiros” da colonização do km 92 da PA-70, onde atualmente está localizado o município de Abel Figueiredo, na década de 1970 o bom de estar naquela região “era porque o Brasil inteiro estava ali”.

Esse “Brasil” que se instalava ao longo da PA-70, seguiu uma maneira diferenciada de perceber a Amazônia e, por conseguinte, colonizá-la, transformá-la. Ao

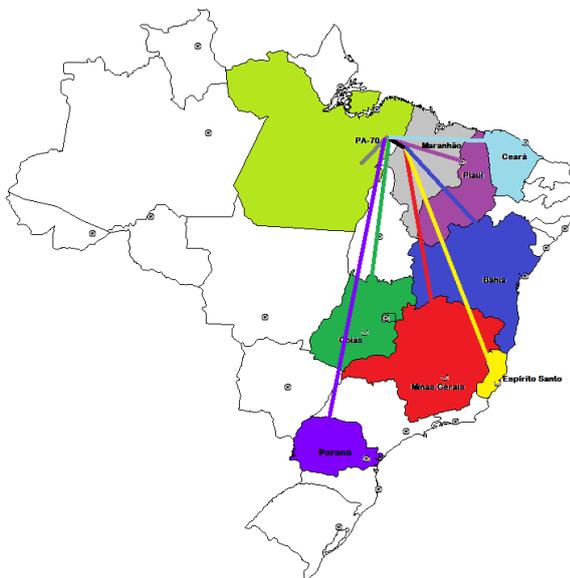
⁵ Estes são apenas alguns dos adjetivos dados àqueles que chegavam à região sudeste do Pará em busca de terras durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

⁶No período em questão, esse processo de ocupação foi repensado a partir da construção de extensa malha viária, ao que Rosa Acevedo Marin (2004) afirma se tratar de uma reconfiguração da “civilização dos rios” para a “civilização das estradas”.

Dentro de um contexto de ocupação da nova fronteira brasileira, no que tange os esforços de colonização do sudeste paraense, é provável que possamos afirmar que a PA-70 é marcada por um contexto um tanto diferente das demais cidades na região.

Enquanto o sul e sudeste do Pará a altura das cidades de Marabá, Redenção, Parauapebas, Conceição do Araguaia tem uma colonização fortemente ligada à migração de sulistas, especialmente paulistas; A região da PA-70 registra uma maior presença de nordestinos (maranhenses, cearenses, baianos, piauienses), mineiros e capixabas, vindos de uma segunda ou terceira migração inter-regional ou intra-estadual⁸.

Mapa 02: Fluxos migratórios para a região da PA-70 entre os anos de 1960-1990.



Fonte: Projeto Histórias e Memórias de Abel Figueiredo.

A porta de entrada de migrantes para a região da PA-70⁹ era o Estado do Maranhão a altura das localidades de Água Azul e Itinga, por meio das quais massas de pessoas frustradas por golpes de grilagem, como era o caso dos capixabas (SOUZA,

⁸ No caso da migração intra-estadual temos que alguns migrantes chegam ao Estado do Pará oriundos de outros Estados e dentro do Pará permanecem migrando até chegarem a PA-70.

⁹ Para Christopher Uhl e Oriana Almeida (1996), os primeiros colonos que ocupam essa região são antigos ribeirinhos provenientes de São Miguel do Guamá, que partiram para lá em busca de terras para a agricultura nos anos de 1940. Para Brasil, Santos e Teixeira (2004) a abertura da rodovia Belém-Brasília nos anos de 1950 incentivou principalmente a migração, espontânea, de paraenses das regiões bragantina e do salgado no litoral paraense para a região do Rio Capim em busca de terras e de trabalho na abertura da rodovia.

2010), outros cansados da seca e de pular de “galho em galho” de “trabalho em trabalho” como era o caso de cearenses, baianos e mineiros (FONTES, MALHEIROS e MESQUITA, 2012), por fim aqueles que vieram mobilizados pela instalação da grande indústria madeireira e agropecuária que foram os sulistas ou “chegantes” como eram mais conhecidos (UHL e ALMEIDA, 1996). Para Brasil, Santos e Teixeira (2004):

Com a abertura do ramal da Belém-Brasília até Marabá observou-se um grande impacto demográfico na região que compreende os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São João do Araguaia, Jacundá, Itupiranga e Marabá. A atividade extrativa da castanha, que passou a ser exercida após o declínio da borracha nessa área, foi favorecida pela chegada da comercialização, e levou à mudança do tipo de migrante que se dirigiu a essa área. Os novos fluxos contavam, agora, não apenas com nordestinos, mas também com mineiros, paulistas, paranaenses e goianos. (BRASIL, et. all, 2004, p. 85).

Deste modo os anos de 1960 e 1970 marcam a continuidade de implementação da lógica rodoviária pelos governos militares, associados aos incentivos governamentais e empresariais à migração rumo a Amazônia, inclusive com a distribuição de terras por meio do INCRA, com o objetivo por um lado de expandir a fronteira agropecuária brasileira na Amazônia e por outro de explorar os recursos minerais e o potencial hidrelétrico da região por meio da implantação de grandes projetos.

Nesse sentido, migrantes de diversos Estados brasileiros vieram para a Amazônia em busca de terras, em função do esgotamento das fronteiras agrícolas no sudeste e sul do Brasil, outros vinham fugindo da seca no nordeste, estes são os fatores atrativo ou de “convencimento” aos quais então vinculadas às propagandas estatais empresariais que buscavam a colonização de terras na Amazônia.

Embora a historiografia reforce esse ponto de vista, o da propaganda oficial e empresarial, entre nossos entrevistados o argumento recorrente é “as notícias sobre terras na Amazônia se deu por meio de amigos e parentes, em geral não havia rádio, nem circulavam jornais nos interiores de onde partimos”¹⁰.

Tais argumentos nos levam a um fato interessante, que diz respeito à existência de uma “rede” de informações, onde a propaganda oficial do governo e do empresariado

¹⁰ Quem faz essas afirmações é o professor Melquiades Justiniano, ressaltando que a igreja chegou a preparar catequistas para realizar a evangelização no interior da Amazônia, mas predominou nos interiores as notícias em rede, devido à ausência em muitos casos de meios de comunicação.

se cruza com uma propaganda não oficial de familiares e amigos que chegam a Amazônia e se dão conta do fato que era a distribuição de terras.

Assim, é provável que, a propaganda oficial tenha possibilitado a constituição de uma rede que passava de pessoa para pessoa, entre aqueles que vinham para região e voltavam para os lugares de origem levando informações, convidando e propagandeando as terras existentes na Amazônia. Neste sentido confirmavam a propaganda do governo e de empresários, passando a fazer parte dela como divulgadores de um discurso oficial sobre a região. Em meio à floresta cruzavam-se a propaganda, o imaginário sobre a fronteira que se chegava e os ressentimentos e frustrações com a fronteira deixada.

“Vieram em busca de que?” em sua resposta o baiano Florisvaldo Rodrigues, também conhecido como “Seu Nazim”, resume o sentimento de todos que chegava ao Pará naquele momento. Segundo ele:

Todos no meu conhecimento saíram em busca de uma vida melhor, desenvolver financeiramente e através disso desenvolver culturalmente, só pensando no amanhã, no futuro, na família. Essa vida melhor estava ligada a uma terra maior, que produzisse mais, que desse condição melhor, foi essa que foi a busca minha e de todos os outros. (Entrevista concedida por Florisvaldo Rodrigues de Sousa, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Antes de chegar ao vilarejo de Abel Figueiredo em 1970, Florisvaldo Rodrigues já havia migrado com sua família para o Espírito Santo e Maranhão e segundo ele mesmo afirma, chegar ao vilarejo na década de 1970 era “reencontrar os amigos”, nesse ponto ele faz referência especialmente a quantidade de capixabas e baianos que já estavam na localidade naquele momento.

Assim como Florisvaldo Rodrigues, outros entrevistados rememoram passagens por terras no Espírito Santo durante as décadas de 1940 a 1960, entretanto fatores políticos e econômicos haviam esvaziado a fronteira agrícola no Estado.

De acordo com Fernando Cezar Macedo (2012) os anos sessenta marcam uma crise sem precedentes na economia cafeeira capixaba em função da erradicação dos cafezais, como consequência temos o avanço da desestruturação da base agrária no Estado, que passa rapidamente a ser substituída por uma economia industrial-exportadora no início da década de 1970.

No âmbito político, governos com tendências urbano-industriais, Jones dos Santos Neves (1951-1955) e Carlos Lindenberg (1958-1962) e rurais-agrícolas Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho (1955-1958 e 1962-1965) se revezavam no poder Estadual.

Chiquinho, como era conhecido o governador conservador e populista que estava à frente do executivo Estadual entre 1962-1965 é afastado do poder com apoio federal, sob a acusação de corrupção e apoio aos “comunistas”, embora houvesse apoiado o golpe militar em 1964. É substituído pelos governadores Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970), Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), Élcio Álvares (1975-1978) e Eurico Rezende (1979-1982), todos ligados ao projeto de urbanização e transformação da economia capixaba.

Em 1969 é criado o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, o qual entre outras, implementou o Porto de Tubarão e urbanizou o Estado chamando a atenção especialmente para a capital Vitória. Em meios aos discursos proferidos pelos governadores e mesmo em documentos oficiais do governo, não era objetivo restabelecer a base agrária no Estado, o Espírito Santo estava localizado na região desenvolvida do país e devia se portar como tal.

No Palácio Anchieta eles abraçaram o processo de industrialização. (...) Neste ambiente fértil para a industrialização – que passou a ser colocada como a principal via de desenvolvimento para o País e, conseqüentemente, para o Estado – a Federação das Indústrias viu crescer sua área de influência, que começou, na realidade, durante o governo Carlos Lindenberg (1959-1962). Já naquela época, a entidade pressionava o governo para que ajudasse a criar, no Espírito Santo, mecanismos capazes de reproduzir a grande onda de desenvolvimento que tomava conta do restante da região Sudeste (GURGEL, 1998:47-48 *apud* MACEDO, 2012, p. 47)

Macedo (2012) descreve em dados um quadro econômico e de migrações importantes nesse contexto de desestruturação da economia cafeeira no Espírito Santo, afirmando que há uma transição natural do eixo agrário para o urbano nas décadas de 1970-1980. Segundo ele, uma massa de camponeses desempregados toma conta dos centros urbanos tanto do Espírito Santo, quanto no Rio de Janeiro.

A desestruturação da economia agrária no Espírito Santo faz surgir um bolsão de desempregados e sem terras, havia de um lado um esforço pela modernização da economia e de outro um contexto de luta pela terra que se tornava cada vez mais escassa e menos produtiva.

Augusto Careca, mineiro da localidade de Pavão tem em suas memórias a lembrança desse momento pelo qual passou o Espírito Santo, ele viveu boa parte de sua vida em Cotaxé, município de Eucoporanga no Estado do Espírito Santo.

Augusto Careca foi administrador da fazenda São Miguel, por 14 anos, propriedade com 1600 alqueires de um alemão que tinha por nome “Vilin Varoracho”, suas memórias remontam o período entre 1950 e 1960, o esvaziamento da fronteira agrícola no Espírito Santo e as invasões de terras.

Eu saí dela?! Não! Porque eu tava com 14 anos (trabalho) e nessa área de fazenda lá, era 1600 alqueires de terra. Tinha 400 alqueires de terra invadido por 90 homens e nessa fazenda teve essa invasão de 90 homens em 400 alqueires (sic.). Ai eu entrei nessa fazenda pra ser amigo dos lideres lá e foi uma novela, eles matavam a gente lá, matou muita gente lá (...), era os invasor que matavam nós outros lá. (Entrevista concedida por Augusto Careca, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Augusto Careca foi nomeado o negociador entre os posseiros e o seu patrão, por ser um homem que já “havia matado outros homens, de coragem” como ele mesmo se denominava e nessa primeira negociação a proposta dos posseiros era de que ou ele se unia a eles e matava o patrão ou ele permanecia com o patrão e eles matavam os dois.

Iniciava Augusto Careca uma lida de negociador de conflitos em terras capixabas. Após longas negociações ele conseguira “expulsar” os posseiros das terras da fazenda São Miguel, mas teve que pagar o quántuplo do preço inicial, pois se tratavam de 90 homens e diversos lideres.

Ao longo dos anos as negociações rendiam a Augusto Careca algumas posses e a confiança do seu patrão “O patrão ficava com os direitos da terra e eu ficava com o que tinha na fazenda (sic.)” tal confiança garantiu renda e posses de terras e uma fazenda a qual ele vendeu por 40 mil contos para o patrão dele que recomendou que ele fosse para o Pará.

De lá eu vim embora. Aqui no Pará, disse, olha compadre você quer ir embora pro Pará, o senhor vai, lá no Pará é bom, eu fui lá e é muito bom o Pará. O senhor já vendeu a fazenda, já vendeu o gado (...). Ai eu vim embora praqui, ai eu arranjei três carretas, eu trouxe duas carretas de vaca, uma de animal e no caminhão eu trouxe a mudança (...), ai quando eu cheguei aqui tinha só uma mata, tinha só uma fileira de casa lá do outro lado e algumas casas do lado de lá (sic.). (Entrevista concedida por Augusto Careca, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Chegava ao Pará acompanhado de sua esposa e de seus 10 filhos em 1972, segundo ele, era a primeira vez que viam caminhão com vacas na região da PA-70. Trinta vacas ele trouxe, outras sessenta ele havia comprado em Marabá, para chegar à sua fazenda em Abel Figueiredo ele abriu um ramal e dada a facilidade de compra e venda de terras no Pará se arriscou a comprar 600 alqueires de terra no km 09 da transamazônica, para tanto contou com financiamento do Banco do Brasil e BASA, com os quais possuía crédito desde o Espírito Santo.

Cheguei e fui pra transamazônica, comprei uma fazenda de 600 alqueires. Lá de Marabá pra lá são 72 km, não mudei, comprei e deixei lá. Que é que fizeram? Invasores entraram e venderam tudo a retalho, os invasores invadiu. Pra vocês ver o que é a falta de dinheiro, o senhor tem 10 filhos, tem 600 alqueires, eu vou tirar 100 alqueires pra mim, 500 eu dou pros filhos, 50 alqueire pra cada, só o que aconteceu, os invasor invadiu e tomou tudo e eu perdi a fazenda. (Entrevista concedida por Augusto Careca, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Não havia o que fazer, os invasores representavam a face da grilagem de terras que tomava conta da região sul e sudeste do Pará, não raros os relatos de golpes e grilagem de terras, sofridos por migrantes, especialmente capixabas, nessa região. Edmilson Souza (2010) analisa essa realidade ao pesquisar sobre migrantes camponeses e capixabas no sudeste paraense e uma de suas conclusões é a de que o outro, ou seja, o negociante de terras não é digno de confiança em função da desonestidade. Segundo ele:

A família que chega já se depara com um contexto moral bem distinto do “território de origem”, e se choca com um negociante que vende uma terra que não lhe pertencia, causando uma desorganização no plano econômico, haja vista que segundo o próprio informante foram investidas todas as economias na aquisição do terreno. (SOUZA, 2010, p. 08)

Augusto Careca não fugiu dessa realidade e segundo ele próprio afirmou, não fez nada, pois os invasores eram da parte de uma grande madeireira que tinha sede em Marabá e o fato de ser um chegante na região o desqualificava para o embate, preferiu ficar com as terras na PA-70, onde havia segurança para permanecer e estabelecer sua fazenda que na década de 1980 já contava com 72 alqueires, caminhão e vacas da raça nelore, comprados com financiamento do BASA e Banco do Brasil, para ele, apesar do golpe sofrido na transamazônica “se tem lugar bom, não tem melhor do que o Pará, o Pará é bom”.

A fronteira deixada não tinha mais espaço para o mundo do rural, do agrário, do homem do campo, a paisagem e mesmo o imaginário mudavam rapidamente nos anos

de 1960 a 1980 no Espírito Santo e as decisões políticas desacertadas fez migrar para Amazônia levas de capixabas, que viam na nova fronteira aquela chance de possuir terras e crescer na vida, era o que sabiam fazer, passaram a vida em um mundo rural e ao que tudo indica nele quiseram permanecer, agora em meio à floresta amazônica.

Outra trajetória interessante é a de Antônio Libério, como é conhecido o cearense Antônio Ferreira de Souza, tem uma relação especial com a Amazônia e a região da antiga PA-70, foi nela que sua história de “fugas” pelo Maranhão se encerrou.

Irmão de três homens e duas mulheres, Antônio Libério havia saído do Ceará em 1936 com a família rumo ao Maranhão, o objetivo era chegar a Caxias, mas pararam em Chapadinha, onde seus pais morreram de malária, antes de morrer seu pai o entregou para um ourives, Francisco Ferreira de Souza, o qual lhe deu o sobrenome.

Sua primeira fuga foi da guarda do “padrinho”, depois das autoridades policiais e nesses anos de andanças pelo Maranhão, Antônio Libério passou por diversas localidades, entre elas Pau de Estopa na estrada de ferro Maranhão-Teresina, Coroatá, Bacabal (onde se torna comerciante com Pequeno Libério e passa a ser conhecido como Antônio Libério), Pedra do Salgado, retorna a Chapadinha para reunir os irmãos, Pindaré Mirim, Santa Inês, Bom Futuro.

Essa saga se deu entre as décadas de 1940 e início da década de 1960, quando após um “mau negócio” entre ele e um de seus patrões, ele é ameaçado de morte, baleado. Após esse episódio Antônio Libério saiu com seu burro, também baleado e andam entre Santa Inês (MA), Imperatriz (MA), Dom Eliseu (PA), Água Azul (MA) e Itinga (MA), nessas últimas localidades ele conhece o cearense Odilon Cardoso, que também caçava terras entre o Maranhão e o Pará.

Odilon Cardoso fazia frete de caminhão entre a fronteira do Pará e Maranhão, naquela época a Belém-Brasília era um fato e as indústrias madeireiras a altura de Paragominas e a mineração no sudeste do Pará geravam o “desenvolvimento” e a integração da Amazônia e terras entre essas duas cidades, mais especificamente no ramal PA-70, passavam a ser cobiçadas e já eram conhecidas por Odilon Cardoso, que também sabia que o único “empecilho” para a ocupação eram os índios Tembé.

Agora eu vou caçar um lugar aqui na PA-70, ai eu vim mais Odilon Cardoso em 1966, começamos a andar aqui, ai hoje, tinha um lote ali que hoje é do Carlos Caiá e um homem tava vendendo lá, baratinho, não tinha nada pra ele mesmo ai eu comprei, quando foi em 1967 eu botei 05 alqueires de roça, em 1968 eu colhi, vendi arroz pra Tibiriçá em Marabá (sic.). Plantei roça já era aqui em Abel Figueiredo, mas

morando lá no Água Azul, botei roça em 67, em 66 comprei lote e já tinha uns moradozinhos aqui, mas casa lá do outro lado da avenida (sic.). Veio uns paraense, não tinha ninguém de outro Estado; da Bahia, do Espírito Santo, mineiro, só depois de 67 começou a chegar (sic.). (Entrevista concedida por Antônio Libério, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Em suas memórias não há retratos da ditadura (essa memória é do tempo), apenas sabia que caçar terras no Pará era mais fácil, conseguir lotes era simples, mudar de vida também, se no Maranhão ele era fugitivo, no Pará ele teve a oportunidade de crescimento como comerciante, iniciou com a plantação de arroz, depois iniciou um comércio, a moeda de troca era a produção de arroz, a qual ele vendia em Marabá.

Histórias de vida como a de Antônio Libério, culturas diferentes e traumas diferentes mobilizavam pessoas a se estabelecer em uma espécie de “degredo”, aquilo que eles mesmos consideravam a “última chance de sobrevivência e de possuir terras”¹¹.

Quando falamos que provavelmente a ida para a antiga PA-70 era resultante de um segundo ou terceiro movimento migratório pelo qual passaram nossos atores sociais, partimos de uma premissa dentro das memórias deles quando se referem às localidades de Água Azul e Itinga no Maranhão como pontos de referências e informação a respeito da distribuição de terras na PA-70.

Segundo eles ao passarem por essas localidades os migrantes ouviam falar de terras em Paragominas, Rondon do Pará e demais localidades ao longo da PA-70, a escolha pelas vilas de Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins eram feitas em função primeiramente da gratuidade das terras e de um suposto baixo índice de chances de conflitos agrários¹².

Assim, apesar de pouca atrativa, a PA-70 se conformava nos anos de 1960 e 1970 como “acolhedora” de fluxos diversos de migrantes, alguns convencidos e outros “fugidos”, em busca de terras, outros frustrados com a Amazônia, mas decididos a aqui ficar e fazer riqueza.

¹¹ Em sua entrevista o baiano Florisvaldo Rodrigues de Sousa, também considerado um dos fundadores da Vila de Abel Figueiredo faz essas duas referências, a primeira de visão da região em que estavam como um degredo e posteriormente a associação entre sobrevivência e posse da terra.

¹² Entre nossos entrevistados há uma lembrança de que as terras ao longo da PA-70 eram “pacíficas”, ao contrário das terras ao sudeste e sul do Pará, que entre 1985 a 2008, já haviam registrado 1500 mortes em conflitos agrários, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. *Apud* PETIT, Pere. Políticas públicas, movimentos sociais, migrações e mudanças no mundo do trabalho no sudeste do Pará. In: X Encontro de História Oral.

Nesse ponto podemos afirmar que há na região uma memória coletiva construída na região, aquilo que Michael Pollack (1992), chama de trabalho da própria memória em si “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” (POLLACK, 1992, p. 07)

Nesse sentido, a identidade social amarraria muito bem a sua história a partir, também de memórias selecionadas e a ela se mantém fiel, seja em função das memórias vividas pessoalmente, ou das memórias herdadas por “tabela”, aquelas que você não sabe se viveu, mas se tornam parte de seu imaginário.

Essa memória coletiva, quando provocada reafirma no presente essa identidade social, quando nossos atores sociais são convidados a retornarem não somente ao passado, mas a própria cidade, esse reencontro com as ruas, os prédios, com os antigos amigos são capazes de despertar o passado, visto a partir do presente, o qual é repleto de sensações e vivências.

Assim quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos, nos ajuda a reconstruir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-las. (HALBWACHS, 1990, p. 25)

Haveria para Halbwachs (1990) um exercício constante e racional de reconstrução do passado de forma coletiva na medida em que o grupo social se articula enquanto mantenedor da memória, que para o autor estas “permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais somente nós estivéssemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.

Mais que reconstruir o passado os grupos sociais donde partem tais memórias coletivas, deixam emergir lutas políticas referendadas pelas memórias, as quais pautam defesas de identidade e cidadania, mais que mantenedores dessa memória, esses grupos mantêm uma relação afetiva e mesmo de disputa pela memória.

A memória da chegada ao Km 92 é muito bem estruturada é na década de 1970 que chegam migrantes de todas as partes do país, caçando terras, eles são os “pioneiros” do desenvolvimento em uma terra que antes era de ninguém, foram eles que viveram

essa ditadura na floresta e apesar da ilusão criada, não voltaram no mesmo carro que trazia iludidos do sudeste e nordeste brasileiro.

Convencimento, ilusão e pioneirismo são memórias recorrentes, vir para o Pará era garantia de acesso a terra e a toda uma estrutura de saúde, educação, assistência, promessas dos governos militares para “seduzir”, tanto investidores, quanto mão de obra.

As notícias que circulavam naquele Estado era de que o Governo Federal, através de um grande projeto voltado para a Amazônia, cujo título era "Integrar para não entregar", seduzia pessoas para se deslocarem para a Amazônia, para desenvolver e fazer chegar o desenvolvimento, dizia também que haveria distribuição de terras, de áreas, de terrenos de forma gratuita, pelo governo, diziam também que haveria atendimentos nas áreas de educação, saúde, assistência social. Então quando isso circulou naquela região e em outros Estados, foi que o processo migratório se agigantou, porque se afirmava que era aqui que estava instalado o grande Eldorado brasileiro e todo mundo veio atrás de melhorias. (Entrevista concedida por Melquiades Justiniano, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo")¹³

Os carros traziam os iludidos e levava os arrependidos, porque os mesmos carros que traziam as pessoas prá cá, também voltavam cheios, com duas a três famílias, que não gostaram daqui. (Entrevista concedida por Maria Denuce Leite, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").¹⁴

As falas dos professores revelam duas faces interessantes desse processo de migração e integração nacional promovido pelos governos militares, o primeiro o da “sedução”, ou seja, o da Amazônia como um lugar com terras fartas e com toda uma estrutura para receber migrantes e a segunda é a da frustração com o lugar encontrado, fator que desencorajou alguns e os fez retornarem ou partirem em busca de novas terras.

Embora o fator repulsivo fosse forte, haja vista, as oportunidades que outras regiões ofereciam em termos de estrutura e viabilidade de desenvolvimento econômico, muitos migrantes fixaram moradia no vilarejo de Abel Figueiredo e construíram a beira da estrada a cidade que guarda marcas de suas trajetórias e memórias de vida.

¹³ Baiano, filho de pais lavradores. Chegou a Abel Figueiredo em 08/01/1971, “seduzido” pelos programas do governo de integração da Amazônia e com o propósito de conseguir terras e agregar toda sua família. Foi professor e diretor da Escola Estadual Hélio Frota Lima e secretário de educação no Município de Abel Figueiredo.

¹⁴ Natural de Eucoporanga no Estado do Espírito Santo foi uma das primeiras professoras da vila de Abel Figueiredo. Veio diretamente do Estado do Espírito Santo e chegou a Abel Figueiredo em 22/07/1972, acompanhada de toda sua família. Seus pais eram agricultores e suas irmãs Zenália da Silva Santos e Zenólia Leite da Silva eram professoras e ajudaram no processo de ensino e aprendizagem na então vila de Abel Figueiredo.

Esse “Brasil” que parte e finca raízes em Abel Figueiredo revela a face de uma ditadura cuja memória não está associada a traumas e ressentimentos, mas sim a perspectivas, esperanças e um ufanismo que certas vezes beira o “heroísmo”.

Sandra Pesavento quando trabalha ressentimentos e ufanismo no sul do Brasil, destaca esse caráter de ufanismo identitário, que dota de positividade exacerbada tudo e todos que se referem ou pertencem ao contexto regional, ou seja, há uma identidade dotada de uma espécie de “kit identitário”, por meio do qual transitam mitos de origem, pais fundadores, heróis, feitos memoráveis, datas a lembrar, em suma, lugares de memória e espaços de ancoragem são codificados em meio à rememoração.

É assim que se torna possível resgatar os traços que constroem o mito das origens, a designação dos pais fundadores, o panteão dos heróis, os feitos memoráveis, as datas a lembrar, os sítios emblemáticos de culto. Todos eles se constituem como lugares de memória ou espaços de ancoragem no tempo, que dispersos, serão depois codificados. (PESAVENTO, 2004, p. 224)

O “pai fundador” de Abel Figueiredo é o cearense Odilon Cardoso, não foi o primeiro posseiro da região, mas é a ele que todos se remetem quando buscam a referência de fundação do vilarejo.

Isso aqui é município de onde? São João do Araguaia. Onde fica esse município? Fica na beira do Tocantins com o Araguaia, fica do outro lado do Tocantins com o Araguaia, fica a 42 quilômetros de Marabá. Lá não tem estrada de carro, é estrada de tropa ou rio, porque fica na beira do rio. E gente chegando e eu disse: eu vou lá falar com esse prefeito e bati o jipinho na beira da estrada, deixei na beira do rio, levei o dia todo pra sair de São Félix e chegar no São João do Araguaia. Quando eu cheguei em São João do Araguaia, perguntei onde era a casa do prefeito e a prefeitura e como era o nome dele. O nome dele era José Martins Ferreira, ai fui pra casa dele, ele era paraense, nascido e criado no São João do Araguaia. Disse a ele que cheguei ao município dele fazia 01 ano e tem muita gente entrando da Bahia, de todo canto do Brasil e não tem lugar de se alojar, porque tem uns posseiros lá e não dá nenhum lote pra fazer uma barraca e lá merece ter uma vila, porque é 92 de Marabá e da Belém-Brasília é cento e tantos quilômetros, tem que ter um povoado lá, pro pessoal se alojar e quem sabe um dia se transformar numa cidade (Entrevista concedida por Odilon Cardoso, ao projeto “Histórias e Memórias de Abel Figueiredo”).

Odilon Cardoso, o “Pai fundador” se torna um lugar de memória, para si mesmo inclusive, quando o tema é a fundação do vilarejo, durante sua entrevista sempre se refere a si mesmo na terceira pessoa “Quem fundou o Abel foi Odilon Cardoso” afirma ele em vários trechos.

Na verdade todos os entrevistados, de diversas gerações legitimam tal versão, afinal, foi Odilon Cardoso quem enfrentou, politicamente, os posseiros naquela localidade, havia sido ele quem articulou com o prefeito, paraense, de São João do Araguaia a distribuição dos lotes de terras e era ele quem recebia os migrantes em uma barraca de palha a beira da estrada de terra na PA-70 e também seria ele quem projetaria a cidade de Abel Figueiredo, suas ruas e prédios públicos.

Ai foi chegando carrada de mineiro, carrada de baiano, que tinha dia que eu recebia 05 carradas de mudanças na frente da minha casa. Eu fiz uma latada coberta de palha e as carretas de mudanças entrou pra debaixo e eu recebia aquele povo. Ai eu cheguei a falar pra eles, doutor eu tô aqui como representante do prefeito e ele falou que a terra é do Estado, então vocês aumentam ai a terra de vocês lá pra trás, porque tem que liberar uma área aqui pro povo se alojar, porque o pessoal tem que ter um lugar de se alojarem. Por essa causa eu fui até ameaçado pelos posseiros, que não queriam que essa vila se desenvolvesse. Os posseiros disseram que se perdessem as terras, Odilon Cardoso também perdia a cabeça. Não me intimidou e hoje temos essa cidade. (Entrevista concedida por Odilon Cardoso, ao projeto "Histórias e Memórias de Abel Figueiredo").

Quando se coloca na terceira pessoa, o “pai fundador” também seleciona as suas memórias, articula suas versões politicamente, escolhe o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas se frustra quando passado e presente se encontram e naquela vila que ele sonhava um dia tornar cidade já não há mais espaço para o seu poder de mito, mas apenas uma rua com o seu nome.

Memórias de heroísmo e pioneirismo de migrantes se entrelaçam na imensidão da floresta em tempos de ditadura militar no Brasil. Cidades como Abel Figueiredo nascem nesse momento à beira de estradas que garantiriam o desenvolvimento à Amazônia e por essas estradas transitam memórias de lugares que migrantes garantem ser deles e nos nomes, no traçado das ruas, nos nomes de prédios públicos a memória dos tempos de ditadura persiste e esse passado de pioneirismo esta diretamente associada a esse momento de nossa história e essa é uma memória a qual eles não pretendem esquecer.

Em uma estrada de memórias: uma cidade e uma homenagem.

Em se tratando de um processo histórico que envolveu grande dose de violência – sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura e, várias vezes, de morte –, ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos” característicos do

século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates sobre a História do Tempo Presente. (FICO, 2012: 44)

Sem dúvida os anos de ditadura militar no Brasil marcam um período de grande trauma na sociedade brasileira e vem sendo objeto de estudos dentro da historiografia, especialmente no que tange o propósito político de evitar o esquecimento, como salienta Carlos Fico (2012).

Pierre Ansart (2004), afirma que o aprofundamento de pesquisas no campo da história e memórias dos ressentimentos encontra ainda muitas reticências, trabalhar com questões que envolvem rancores e eventos traumáticos é considerar o que é dito e o que não é.

Mas e para os quais a ditadura se processou de formas diferentes das do trauma? Para os quais os governos militares representaram uma mudança positiva de vida? Aqueles que viveram na floresta uma experiência de ditadura associada ao desenvolvimento e ao deslocamento da fronteira que outrora se encontrava esgotada?

Como afirmamos anteriormente um Brasil inteiro se encontrava em meio à floresta fugindo de frustrações e traumas pessoais, caçando terras na fronteira amazônica e os testemunhos indicam que para esses a ditadura não foi tão traumática assim.

O lote de terra e os, poucos, incentivos oferecidos pelos governos militares de alguma forma transferiram para a nova fronteira uma multidão de brasileiros que derrubaram a floresta, heroicamente venceram os índios, trouxeram as estradas, o desenvolvimento e fizeram nascer um novo tipo de cidade na Amazônia.

Tais dinâmicas territoriais e populacionais na Amazônia, entre 1950 a 1980, denotam um deslocamento da lógica inicial da ocupação do território amazônico, que data de tempos coloniais, essa lógica se fez por meio dos rios que compõem a bacia Amazônica por onde se deu a ocupação do território. No período em questão, esse processo de ocupação foi repensado a partir da construção de extensa malha viária, ao que Rosa Acevedo Marin (2004) afirma se tratar de uma reconfiguração da “civilização dos rios” para a “civilização das estradas”.

Para termos ideia o município de São João do Araguaia, sede da vila de Abel Figueiredo àquela época estava localizado do outro lado do rio Tocantins com o Araguaia, dentro da lógica de ocupação do território amazônico por meio dos “caminhos dos rios”. A partir da década de 1950 a lógica da ocupação muda seguindo a

premissa de deslocamento do processo de ocupação e desenvolvimento econômico dos rios para as estradas, que integrariam a Amazônia ao restante do país.

Desde a chegada dos “pioneiros”, já existia a vontade de erguer a cidade, planejada com ruas, escolas, igreja, mercado, hospital, praça e tudo aquilo que eles tinham em suas cidades de origem. De um lado queriam manter suas terras para desenvolver a agricultura e a pecuária, mas, sobretudo, queriam ter uma referência de cidade estruturada, onde pudessem conviver com os demais moradores. Souza (2010) analisa a dinâmica de migrantes capixabas e a moralidade camponesa no sudeste do Pará a partir de relatos orais, uma de suas conclusões:

Observo que a partir das várias narrativas apresentadas que o pau de arara não trouxe apenas as famílias, trouxe todo seu imaginário social, suas crenças e costumes, pertencimentos, signos de identificação, de (auto) afirmação do grupo, que funcionaram e funcionam como ferramentas subjetivas na (re) construção e (re) organização das estratégias de permanência das famílias no “novo” território, nos planos objetivo e subjetivo.

(...)

Dessa maneira, reconfigura-se a “terra de origem” como construção estruturada e estruturante da cultura, da identidade e das tradições, inclusive no plano prático, que (re) configura, (re) significa e (re) organiza as “antigas” práticas na “terra de destino” (SOUZA, 2010, pp. 16-17)

Ronaldo Raminelli (1997), talvez explique essa lógica da necessidade do urbano em meio a uma paisagem que se pretendia rural, segundo o autor um fator dentro dessa relação urbano e rural que deve ser considerada é a mentalidade, no caso em questão, estudado pelo autor:

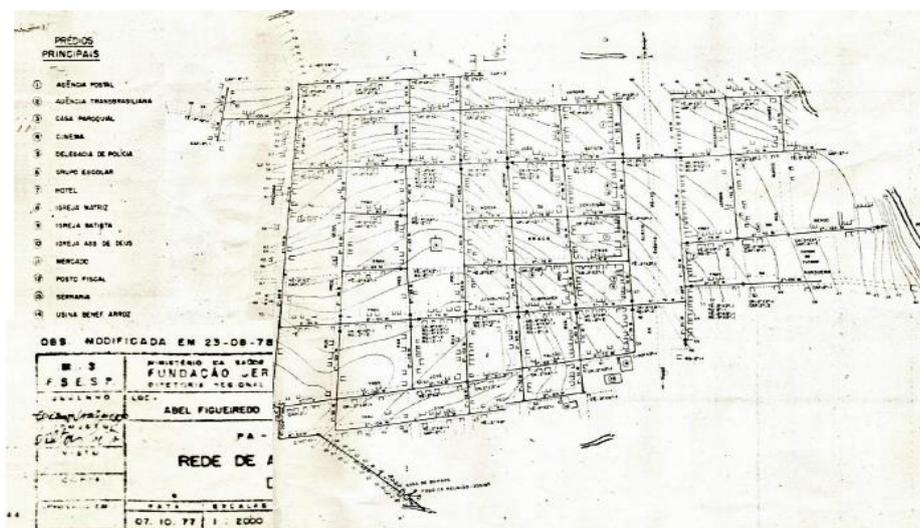
A combinação de vários fatores viabilizou pouco a pouco o estabelecimento de indústrias na cidade, promovendo um novo industrialismo. A energia térmica, a concentração populacional e as estradas de ferro tornaram possível o desenvolvimento industrial da cidade. No entanto, Herlihy considera ilusória a urbanização dos séculos XIX e XX, pois não conseguiu transformar a mentalidade dos cidadãos. Os imigrantes conservaram laços íntimos com os lugares de origem, sendo a mobilidade entre o campo e a cidade um dado capaz de explicar as fortes raízes rurais dos homens da cidade. (RAMINELLI, 1997, p. 190)

Se para Raminelli (1997), a conservação de laços íntimos com os lugares de origem determinaram permanências de uma mentalidade rural, no nosso caso é o contrário, em geral os migrantes que partiram rumo a PA-70, embora viessem com o intuito de possuir mais terras, podendo, portanto, ser *a priori* considerados homens do

campo, na verdade se tratavam de homens que vieram das cidades, especialmente os sulistas.

Assim, de posse de suas terras, esses migrantes queriam deixar as marcas de suas origens dentro de um espaço urbano, um espaço de convivência, que permanece até os dias de hoje, o qual foi construído a beira da estrada.

Figura 02: 1º Mapa da Vila de Abel Figueiredo, datado de 23/08/1978



Fonte: Projeto Histórias e Memórias de Abel Figueiredo.

Na década de 1980, começa a se construir em Abel Figueiredo uma cultura do homem do campo simbolizada principalmente na “Semana do Homem do Campo”, que era uma grande feira com palestras sobre o carvão e o corante, sobre mineralização da alimentação animal e tinha uma grande gincana com concursos sobre o melhor operador de moto serra, o melhor lançador, o maior pé de mandioca, o melhor tirador de leite, o maior cacho de banana, o cavalo mais bonito e veloz, o vaqueiro melhor vestido e a melhor reata. Havia também shows de banda de música, e as lembranças dos nossos entrevistados dizem que toda a região sul do Pará vinha para a região.

Para se ter ideia na primeira semana do Homem do Campo em Abel, esteve presente a Banda Click de Araguaína, na época a melhor banda de forró e sertanejo da região. A semana acontecia em setembro, fora do período das chuvas, a cidade ficava cheia de gente montada em bois e cavalos. Havia também apresentação de animais

exóticos e o patrocínio desta semana era feito através das vendas de camisa feitas diretamente ao público.

A cervejaria Brahma trazia o seu caminhão térmico já que a cidade não tinha luz elétrica. Tentava-se também melhorar as condições de saúde de município fazendo-se bingos para comprar uma ambulância para Abel Figueiredo, nem sempre estas iniciativas davam certo, mas o interessante ressaltar é que os criadores chegavam a doar 100 bezerras para o bingo da ambulância. Quando afirmamos que a “Semana do Homem do Campo” representa a cultura que está se construindo na região é por que nela estavam representados os setores econômicos, mas desenvolvidos na região, o setor madeireiro, a pecuária e agricultura, a cidade era um fato cultural, dentro daquilo que concebe Raminelli (1997).

A cidade, por conseguinte, reúne detalhes preciosos sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde pessoas fazem trocas comerciais, como defendeu Weber. A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e frustrações. (RAMINELLI, 1997, p. 195)

Assim cidade, estrada e memória estão enlaçados nessas pequenas cidades amazônicas, se na metrópole a cidade, o urbano possui uma determinada função, nessas duas pequenas cidades amazônicas, o espaço urbano-rural está relacionado à identidade e as memórias das origens dos migrantes que lá fizeram morada.

Se por hipótese absurda, pudéssemos levantar e traduzir graficamente o sentido da cidade, resultante da experiência de cada habitante e depois sobrepuséssemos por transparência todos esses gráficos, obteríamos uma imagem muito semelhante à de uma pintura de Jackson Pollock, por volta de 1950: uma espécie de mapa imenso, formado por linhas e pontos coloridos, um emaranhado inextricável de sinais, de traçados aparentemente arbitrários, de filamentos tortuosos, embaraçados, que mil vezes se cruzam, se interrompem, recomeçam e, depois de tantas voltas, retornam do ponto de onde partiram (ARGAN, 1997, p. 231).

Se fossemos contar a história das cidades de Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins, seu diferencial e sua importância, talvez ou com certeza, esbarraríamos na limitação da ausência de documentos que “confirmem” versões dadas pelas memórias, mas sem dúvida o espaço urbano-rural e documentos iconográficos e acervos fotográficos tem muito a nos dizer sobre o sentimento de pertencimento à cidade, aquilo que Argan (1997) afirma ser um “sentimento confuso, fragmentado em milhares e milhões de indivíduos, da uma forma em que cada qual possa reconhecer a si mesmo e a sua experiência de vida associada” (ARGAN, 1997, p. 241).

A invenção ou construção do urbano entre meados da década de 1970 e ao longo da década de 1980 acaba por conformar nessas duas vilas uma elite política, que se fez representar na Câmara Municipal de São João do Araguaia, mas que possuía grande vontade de emancipação política dos vilarejos que ficam distantes da sede municipal.

Tal elite se conformava a partir dos pioneiros, migrantes de diversos estados brasileiros, que se consideravam “guardiões das memórias” da fundação das vilas e, portanto, representantes natos das necessidades dos vilarejos, assim “empoderados” em função da importância histórica que tinham e de suas contribuições para o desenvolvimento local, quer por meio da distribuição de terras, quer pelo desenvolvimento econômico proporcionado a partir da venda e exportação da produção local para os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia.

Essa elite consegue no ano de 1987 se emancipar de São João do Araguaia após a realização de um plebiscito, passando Bom Jesus do Tocantins a ser um novo município, abarcando a vila de Abel Figueiredo em sua constituição municipal. Tal emancipação foi possível em função da pressão exercida por essa elite e a partir do novo ordenamento jurídico, o qual gerou o que Maria Goretti da Costa Tavares (2008) chama de surtos de municipalização. Segundo a autora:

No período de 1964 até o momento da abertura política, a partir de 1981, o movimento de criação de municípios foi submetida a um severo controle. A implementação de projetos na área, a construção de estradas e a mobilização populacional continuava, e essa expansão do povoamento só seria reconhecida a partir das décadas de 80 e 90, momento a partir do qual ocorrem surtos de municipalização nos anos de 1982, 1988, 1991, 1993 e 1994 (TAVARES, 2008, p.72).

A vila de Abel Figueiredo conseguiria se emancipar de Bom Jesus do Tocantins em 1990, a partir de diversas lutas travadas no legislativo municipal e a partir de articulações diversas em âmbito Estadual.

Nesse momento já haviam em ambos os municípios uma divisão espacial, que também demarcava divisões de poder, eram municípios formados pelas lutas de seus habitantes, construídos como espaços de diversidades étnica, identidades diferenciadas e que estabeleceram lugares no território e camadas de memórias que se constituíam nos espaços das cidades, conforme pudemos observar.

A cidade não conta o seu passado, ela contém como as linhas de mão, escrita nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escolas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada

segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfaradulas. (CALVINO, 1998 *apud* CORTE e MARTINS, 2009).

Encerramos esse artigo chamando a atenção para um fato interessante, desde o momento da ocupação, até os dias atuais, Abel Figueiredo presta homenagens aos governos militares, talvez por ter uma memória associada, particularmente a esse momento.

Este fato vem à tona quando analisamos a cidade em si, o planejamento de suas ruas, os nomes de prédios públicos e o próprio nome da cidade são fortemente vinculados aos anos de regime militar no Brasil.

Em 1964, ano do Golpe Militar, eram respectivamente governador do Pará e prefeito de Belém, Aurélio do Carmo e Moura Carvalho, ambos do PSD e embora tenham manifestado apoio a “revolução de 1964”, os mesmos não foram poupados da suspensão dos direitos políticos por 10 anos.

De acordo com Pere Petit (2002), tal fato faz surgir novas lideranças no cenário político paraense, ascendem ao Governo do Estado do Pará o Tenente-Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho e a Prefeitura de Belém o Tenente-Coronel do Exército Alacid da Silva Nunes em junho de 1964.

Alacid Nunes viria a se tornar Governador do Estado, nas eleições de outubro de 1965, na qual disputou o cargo contra o ex-governador e então senador da República Zacarias de Assunção.

Com a extinção dos partidos em 1965, grande parte das forças políticas no Pará ingressariam na ARENA (Aliança Nacional Renovadora), partido aliado ao regime, de modo que esse partido possuía 67% dos senadores, 80% dos deputados federais e 81% dos deputados estaduais, somado a isso o tenente-coronel Jarbas Passarinho estava a frente do Ministério do Trabalho e ao partido cabia o controle de quase todas as prefeituras no interior do Estado, além da direção de quase todos os órgãos federais no Pará (PETIT, 2002 *apud* TUPIASSU, 1968).

Durante praticamente o final da década de 1960 e toda a década de 1970, Alacid Nunes e Jarbas Passarinho foram às maiores forças políticas no Estado do Pará e disputavam entre eles o controle da ARENA.

Abel Figueiredo viria a ser genro de Alacid Nunes e na década de 1960 fora deputado estadual do Pará pelo PSD, nascido no Marajó, Abel Figueiredo possuía

grande prestígio na região nordeste do Estado do Pará, especialmente na mesorregião de Paragominas, a qual abrangia a antiga PA-70.

A presença de Alacid Nunes, enquanto governador do Estado, na região da PA-70 é muito lembrada pelos nossos entrevistados, especialmente no que se referia a implementação de políticas no vilarejo. Nossos entrevistados mostravam documentos recebidos em mãos pelo próprio governador e lembram com orgulho do dia em que ele e sua comitiva passaram pelo vilarejo.

Devido a esse momento da história da localidade, os “pioneiros”, trataram de dar o nome do governador a Avenida principal da cidade, que era a própria estrada PA-70 e também deram o seu nome ao antigo Grupo Escolar, que até os dias de hoje funciona com o nome Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Alacid Nunes.

O vilarejo no Km 72, passou a ser conhecido como vila de Abel Figueiredo entre as décadas de 1970 e 1980, homenagem prestada ao genro de Alacid Nunes a qual servia também de homenagem ao prestígio do então governador na região.

Outro governador que também é lembrado é Aluizio Chaves, o qual visitou a localidade em 20/10/1978 para inaugurar as obras do Posto de Saúde, do Colégio Hélio Frota Lima, do gerador de energia e o sistema de abastecimento de água, ficando pendente a construção das Agências de Correios e Telégrafos e do telefone na vila, naquele momento ele deixava o Governo do Estado e era candidato ao senado federal.

Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek são lembrados em duas das principais travessas do município, desde 1978, ano do primeiro mapa da vila de Abel Figueiredo, talvez pelo populismo e pelo fato de que é Juscelino Kubitschek que chama a atenção para o Pará, com a abertura da Belém-Brasília, obra que ele fez questão de visitar a altura do município de Paragominas na década de 1950.

João Goulart e Jânio Quadros não são lembrados, há um salto em termos de homenagem com nomes de ruas, após Juscelino Kubitschek é aos presidentes do regime militar que eles prestam homenagens. Foram dadas as principais ruas da vila os nomes dos Presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médice e Ernesto Geisel, não há homenagens ao último presidente do Regime Militar João Figueiredo.

e infinitos adjetivos que se encontram na floresta e vivem nela outro contexto de ditadura, afinal é na floresta que eles encontram a terra, o crescimento, a nova fronteira, refazem as suas trajetórias, representam suas fronteiras deixadas e de alguma forma homenageiam os militares por terem aberto a região a um “Brasil” que a transformou e fez surgir nela cidades de beira de estrada em tempos de ditadura militar no Brasil.

Referencias Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004).

ARGAN, Giulio Carlo. O espaço virtual da cidade. In: História da arte como história da cidade. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL, Marília Carvalho, SANTOS, Carlos Augusto e TEIXEIRA, Pery. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: MENDES, Armando Dias. Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos. Belém: BASA, 2002.

BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. Caderno Estudos Sociais Recife, v.13, n.1, p. 61-84, jan./jun., 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/151824802/OS-FLUXOS-MIGRATORIOS-NA-REGIAO-NORTE-NAS-DECADAS-DE-70-E-80>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

BRASIL, SUDAM. Operação Amazônia (Discursos). Belém, 1968. (MIMEO)

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, vol.28, nº 47, p.43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

FONTES, Edilza, MALHEIROS, Rogério e MESQUITA, Thiago Broni. Na estrada da memória: a história de Abel Figueiredo (1950-2012). Belém: Paka Tatu, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

MACEDO, Fernando César. O papel do FUNRES na transição da economia capixaba. História econômica & história de empresas XV. 1 (2012), 39-70. Disponível em: <<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=220>> Acesso em: 30 jan. 2014.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. . Disponível em: <www.ufpa.br/naea/pdf.php?id=242>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 155-185, Jan./Jul. 2014.
<http://revista.anphlac.org.br>

PARÁ, Governo do Estado. Álbum Operação Amazônia. Belém, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004).

PETIT, Pere. A política dos governos militares no Pará: 1964-1985. In: FONTES, Edilza (Org.). Contando a história do Pará, v. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX). Belém: Emotion, 2002.

PETIT, Pere. Políticas públicas, movimentos sociais e mudanças no mundo do trabalho no sudeste do Pará. In: Anais do X Congresso Nacional de História Oral, 2010, Recife. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270577679_ARQUIVO_PEREPETIT-PolíticasPúblicas,MovimentosSociaisMudançasnoMundoTrabalho.pdf. Acesso em: 30 jan. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=Mem%C3%B3ria+e+Identidade+Social>. Acesso em: 30 jan. 2014.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Idelma Santiago. A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. Disponível em: <https://revistahistoriauft.files.wordpress.com/2012/04/a-migraccca7acc830-como-mito-fundador-e-outras-metacc81foras-narrativas-da-colonizaccca7acc830-no-sudeste-do-paracc81.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SOUZA, Edmilson Rodrigues. Quando os “outros” somos “nós”: migração de capixabas e moralidade camponesa no sudeste paraense. Geografares Nº 8, Espírito Santo, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1290>. Acesso em: 30 jan. 2014.

TAVARES. Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

UHL, Christopher e ALMEIDA, Oriana Trindade. O desafio da exploração sustentada na Amazônia oriental. In: ALMEIDA, Oriana Trindade. A Evolução da fronteira Amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Belém: IMAZON, 1996.